



A ideia de escrever o presente *Princípios Gerais de Direito Administrativo* surgiu em função da necessidade do autor de apresentar respostas para questões relacionadas à Administração Pública. Ênfase é dada, nas notas de rodapé (mais de 100), principalmente, em pesquisa de jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal de Contas da União (TCU). O principal objetivo do texto é facilitar a pesquisa de jurisprudência sobre o tema, mas a leitura de todo o texto é recomendada a todos os profissionais do Direito, tendo em conta que, normalmente, são violados vários princípios quando alguma ilegitimidade é praticada. Ou seja, ciente da dificuldade de localizar jurisprudência, principalmente dos Tribunais Superiores, o autor separa esse tema e apresenta farta pesquisa de decisões de referidos tribunais, o que facilita a tarefa do leitor.

*Autor*  
**Lucas Rocha Furtado**

# PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

*Área específica*  
Direito Administrativo

*Áreas afins*  
Direito Constitucional

*Público-alvo/ Consumidores da obra*  
Advogados, Serv. Públicos e Estudantes de Direito

Formato: 14,5x21,5 cm  
CÓDIGO: 10000990

F992p Furtado, Lucas Rocha  
Princípios gerais de direito administrativo / Lucas Rocha Furtado. Belo Horizonte: Fórum, 2016.  
146 p.  
ISBN 978-85-450-0145-4  
1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FURTADO, Lucas Rocha. *Princípios gerais de direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 146 p. ISBN 978-85-450-0145-4.

## SUMÁRIO

---

NOTA DO AUTOR.....	11
<b>CAPÍTULO 1</b>	
SURGIMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	13
<b>CAPÍTULO 2</b>	
REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: NÍVEIS DE REALIZAÇÃO.....	21
2.1 Nível constitucional: Teoria Geral do Direito Administrativo.....	24
2.2 Nível legal.....	26
2.3 Nível infralegal.....	27
<b>CAPÍTULO 3</b>	
REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E INTERESSE PÚBLICO.....	37
<b>CAPÍTULO 4</b>	
INTERESSE PÚBLICO: PLANOS DE REALIZAÇÃO.....	43
<b>CAPÍTULO 5</b>	
SUPREMACIA E INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO.....	49
<b>CAPÍTULO 6</b>	
PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....	53
<b>CAPÍTULO 7</b>	
PRINCÍPIOS EXPRESSOS.....	59
7.1 Legalidade.....	59
7.2 Impessoalidade.....	68

7.3 Moralidade.....	76
7.3.1 Princípio da moralidade.....	76
7.3.2 Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).....	85
7.4 Publicidade.....	91
7.4.1 O princípio da publicidade pode ser traduzido como o dever da Administração de dar transparência aos seus atos. A divulgação dos atos e dos procedimentos administrativos realiza, ademais, a moralidade administrativa.....	91
7.4.2 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	94
7.5 Eficiência.....	98
7.6 Razoável duração do processo administrativo.....	107

## **CAPÍTULO 8**

PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS.....	111
8.1 Razoabilidade.....	111
8.2 Proporcionalidade.....	115
8.3 Motivação.....	118
8.4 Segurança jurídica.....	124
8.5 Continuidade do serviço público.....	132
8.6 Autotutela.....	134
8.7 Controle judicial.....	137
REFERÊNCIAS.....	141